

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) AGENTE DE CONTRATAÇÕES DO FUNDO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE**

Referência: Pregão Eletrônico nº. 90013/2024
Processo SEI nº. 23034.000023/2024-16

**LOGIKS CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº.
07.696.132/0003-00, com sede na SCN, Quadra 05, Bloco A, S/N, Torre Norte, Sala
1.118, Brasília Shopping, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70715-900, neste ato representada
pelo seu representante legal, devidamente constituído, Sr. Paulo Cesar Rossigneux Vieira,
brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº. 703633, Órgão Expedidor SSP/DF,
inscrito no CPF sob o nº. 334.105.691-20, vem, com o devido respeito e acatamento, à
presença de Vossa Senhoria, com fundamentação na Lei nº. 14.133/2021, apresentar seu

RECURSO ADMINISTRATIVO

I. BREVE SÍNTESE DA DEMANDA E DA DECISÃO RECORRIDA

Cuida-se o presente de Recurso Administrativo tendente à reconsideração de
entendimento proferido pela Autoridade Administrativa em sede de Pregão Eletrônico,
realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Da Educação – FNDE, para a
contratação de “solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de apoio
técnico especializado às atividades de gestão da Tecnologia da Informação e
Comunicação”.

O presente recurso contrapõe-se, especificamente, quanto aos termos
contidos na NOTA TÉCNICA Nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI, proferida por esse



FNDE no âmbito do Processo Administrativo nº. 23034.000023/2024-16, a qual, em suma, teve o escopo de fornecer subsídios para o julgamento da proposta em favor da empresa Licitante ALGAR TI CONSULTORIA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.510.654/0004-21.

Ocorre que, ao longo do certame licitatório, foram detectados vícios na proposta comercial da empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, os quais possuem o inquestionável condão de ferir o princípio da isonomia, ao passo que tais vícios ensejam em indevida redução dos custos da proposta, ensejando assim em contrariedade aos preceitos Legais e Constitucionais aplicáveis ao Processo Administrativo, conforme será esmiuçado adiante, de maneira pormenorizada.

Desta feita, refere-se de pronto que deverá haver **reconsideração** quanto aos termos contidos na NOTA TÉCNICA Nº 4529801/2024/CGGOV/DIRTI, em atendimento ao Princípio da Isonomia, especificamente devendo as propostas comerciais se encontrarem em igualdade de condições a fim de que a proposta vencedora assim o seja em representação à melhor oferta, e não, por outro lado, por representar uma redução descabida de custos em detrimento das demais licitantes.

II. DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS QUE PLACITAM A REFORMA DA DECISÃO

III. II.1. Da descabida redução dos custos na proposta da empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A em virtude da inserção de indevida redução na alíquota do Imposto Sobre Serviços – ISS

Conforme consta expresso no próprio Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº. 90013/2024, em seu item 5, subitem 5.7, o qual contém normas que regulam o preenchimento das propostas de preços a serem apresentadas pelas empresas licitantes, é certo que a presente concorrência não prevê benefícios pelo regime de tributação pelo Simples Nacional, que tende ao favorecimento de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), em virtude do fato de que os serviços objeto da posterior contratação “**serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra**”, fato que “**configura cessão de mão de obra para**



fins tributários". Tal previsão, inclusive, consta expresso no art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006, que segue transcrito:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte:
[...] XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra; [...].

Entretanto, a despeito da expressa previsão de descabimento de redução das alíquotas tributárias no presente certame, é certo que a empresa licitante ALGAR TI CONSULTORIA S/A assinalou, em sua proposta de preços, alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS descabidamente reduzida. **Conforme se pode ao consultar a Proposta de Preços em referência, em todas as abas que se cuidam de precificar individualmente os cargos previstos para alocação no certame, a alíquota de ISS consta como sendo de 2% (dois por cento), inclusive, havendo anotação na respectiva linha (*ticket* vermelho) do fato de a empresa ser optante pelo simples nacional.** Observemos, senão, as telas abaixo colacionadas, extraídas da planilha de custos da empresa em referência:

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	205,42
Lucro	3,66%	R\$	758,62
PIS	0,65%	R\$	155,58
COFINS	3,00%	R\$	718,06
ISS	2,00%	R\$	478,70
CPRB	4,50%	R\$	1.077,08
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 3.393,46
PREÇO PARA UM PROFISSIONAL			R\$ 23.935,18
PREÇO MENSAL TOTAL			R\$ 47.870,36

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	209,03
Lucro	3,66%	R\$	771,96
PIS	0,65%	R\$	158,31
COFINS	3,00%	R\$	730,68
ISS	2,00%	R\$	487,12
CPRB	4,50%	R\$	1.096,02
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 3.453,11
PREÇO PARA UM PROFISSIONAL			R\$ 24.355,89
PREÇO MENSAL TOTAL			R\$ 48.711,78



Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	207,03
Lucro	3,66%	R\$	764,58
PIS	0,65%	R\$	156,80
COFINS	3,00%	R\$	723,69
ISS	2,00%	R\$	482,46
CPRB	4,50%	R\$	1.085,54
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 3.420,10

PREÇO PARA UM PROFISSIONAL		R\$ 24.123,07
----------------------------	--	---------------

PREÇO MENSAL TOTAL		R\$ 48.246,13
--------------------	--	---------------

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	131,18
Lucro	3,66%	R\$	484,44
PIS	0,65%	R\$	99,35
COFINS	3,00%	R\$	458,54
ISS	2,00%	R\$	305,69
CPRB	4,50%	R\$	687,81
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 2.167,02

PREÇO PARA UM PROFISSIONAL		R\$ 15.284,67
----------------------------	--	---------------

PREÇO MENSAL TOTAL		R\$ 15.284,67
--------------------	--	---------------

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	214,06
Lucro	3,66%	R\$	790,53
PIS	0,65%	R\$	162,12
COFINS	3,00%	R\$	748,26
ISS	2,00%	R\$	498,84
CPRB	4,50%	R\$	1.122,38
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 3.536,18

PREÇO PARA UM PROFISSIONAL		R\$ 24.941,84
----------------------------	--	---------------

PREÇO MENSAL TOTAL		R\$ 124.709,18
--------------------	--	----------------

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	141,60
Lucro	3,66%	R\$	522,95
PIS	0,65%	R\$	107,25
COFINS	3,00%	R\$	494,99
ISS	2,00%	R\$	329,99
CPRB	4,50%	R\$	742,48
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 2.339,26

PREÇO PARA UM PROFISSIONAL		R\$ 16.499,56
----------------------------	--	---------------

PREÇO MENSAL TOTAL		R\$ 82.497,81
--------------------	--	---------------

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	212,70
Lucro	3,66%	R\$	785,53
PIS	0,65%	R\$	161,10
COFINS	3,00%	R\$	743,52
ISS	2,00%	R\$	495,68
CPRB	4,50%	R\$	1.115,28
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 3.513,81

PREÇO PARA UM PROFISSIONAL		R\$ 24.784,02
----------------------------	--	---------------

PREÇO MENSAL TOTAL		R\$ 24.784,02
--------------------	--	---------------



Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	246,32
Lucro	3,66%	R\$	909,68
PIS	0,65%	R\$	186,56
COFINS	3,00%	R\$	861,03
ISS	2,00%	R\$	574,02
CPRB	4,50%	R\$	1.291,55
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 4.069,16
PREÇO PARA UM PROFISSIONAL			R\$ 28.701,06
PREÇO MENSAL TOTAL			R\$ 114.804,25
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	175,75
Lucro	3,66%	R\$	649,06
PIS	0,65%	R\$	133,11
COFINS	3,00%	R\$	614,35
ISS	2,00%	R\$	409,56
CPRB	4,50%	R\$	921,52
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 2.903,34
PREÇO PARA UM PROFISSIONAL			R\$ 20.478,17
PREÇO MENSAL TOTAL			R\$ 245.738,01
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	189,65
Lucro	3,66%	R\$	700,41
PIS	0,65%	R\$	143,64
COFINS	3,00%	R\$	662,96
ISS	2,00%	R\$	441,97
CPRB	4,50%	R\$	994,43
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 3.133,07
PREÇO PARA UM PROFISSIONAL			R\$ 22.098,51
PREÇO MENSAL TOTAL			R\$ 22.098,51
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custos Indiretos	1,00%	R\$	142,70
Lucro	3,66%	R\$	527,01
PIS	0,65%	R\$	108,08
COFINS	3,00%	R\$	498,83
ISS	2,00%	R\$	332,55
CPRB	4,50%	R\$	748,24
TOTAL - MÓDULO 6			R\$ 2.357,42
PREÇO PARA UM PROFISSIONAL			R\$ 16.627,63
PREÇO MENSAL TOTAL			R\$ 33.255,26

Tal ponto foi abordado anteriormente em pedido de esclarecimentos remetido a esse FNDE, tendo a questão, contudo, sido ignorada pelo pregoeiro, que acabou por dar seguimento ao processo que, no presente momento, consta com parecer favorável à declaração de vencimento da empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A.



No dia 26/11/2024 foi feita uma pergunta sobre retenção ou não do ISS, senão vejamos:

26/11/2024 18:55



A pergunta se refere a retenção ou não do ISS para a cidade Brasília/DF?



A despeito de o art. 3º da Lei Complementar 116/2003 estabelecer que, como regra, os tributos sejam devidos e recolhidos na cidade do estabelecimento do prestador dos serviços, em sua parte final o mesmo dispositivo estabelece algumas exceções, como é o caso de fornecimento de mão-de-obra, ocasião em que o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador de mão-de-obra.

*Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

(.)

XX - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

(.)

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.*

Portanto, em que pese a contratação ser referente a Serviços de Informática e congêneres, informa-se que na presente contratação há predominância do Fornecimento de mão-de-obra, de modo que o recolhimento será devido no local do estabelecimento do tomador da mão de obra (exceção) e NÃO na cidade do estabelecimento de prestação dos serviços (regra).

No próprio esclarecimento prestado, foi informado que o serviço em questão possui predominância de mão de obra, devendo o recolhimento do ISS ser efetuado no local do estabelecimento do tomador dessa mão de obra. No caso, o FNDE está localizado em Brasília-DF, e o código tributário aplicável é referente à terceirização de mão de obra, e não a um mero serviço de informática.

Conforme a Lei Complementar nº 116/2003, o código tributário correto é o 17.05, o qual estabelece a aplicação da alíquota de 5%, e não de 2%, como foi indevidamente utilizada.

Fica evidente a existência de tratamento desigual, caracterizando possível favorecimento à empresa Algar, atual detentora da Ata de Registro de Preços (ARP) que mantém o serviço em execução no escopo atual. Tal discrepância compromete a isonomia e a transparência do processo licitatório, violando os princípios que regem a administração pública, conforme estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal.

Além disso, conforme artigo publicado no site Moisés Freire Advocacia, a responsabilidade por pagamentos indevidos decorrentes de erro na planilha de composição do preço final da proposta vencedora, consistente em valores incorretos de encargos sociais e trabalhistas, deve ser atribuída ao pregoeiro, que tem o dever de analisar de modo consistente os cálculos registrados na proposta que subsidia a



contratação e de indicar de forma clara e objetiva as inconsistências que devem ser corrigidas.

Refere-se que todas as demais licitantes, apenas à exceção da ALGAR, ajustaram suas propostas para atender às exigências editalícias, fazendo constar a adequada alíquota de ISS no importe de 5% (cinco por cento), conforme prevê o inciso II do art. 38 do Decreto Distrital nº. 25.508/2005 e código 17.05 da Lei Complementar 116/2003 e da , que se cuida de regulamentar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS no âmbito do Distrito Federal.

Código 17.05 da Lei Complementar 116/2003:

O item 17.05 da lista anexa à Lei Complementar 116/2003 refere-se a:

“Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, contratados pelo prestador de serviços.”

ISS - Alíquotas Aplicáveis - Brasília

A listagem abaixo traz as alíquotas do ISS, de acordo com a ordem constante da Lista de Serviços sujeitos à incidência do imposto.

As alíquotas do ISS estão previstas no artigo 38 do Regulamento do ISS (Decreto nº 25.508/2005).

17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5%
-------	--	----

Link do anexo com as alíquotas por código:

https://www.econeteditora.com.br/agenda/oe-est/11/df/al%C3%ADquotas_iss_brasilia.php?utm_source=chatgpt.com

A questão mencionada, indubitavelmente, se representa em afronta ao Princípio da Igualdade em sede Administrativa (que decorre diretamente do Princípio da Igualdade contido no art. 5º, caput, da Constituição Federal – CF), bem como ao Princípio da Vinculação ao Edital, os quais, em suma, garantem aos licitantes o direito de concorrer em igualdade de condições e trazem a eles à necessária segurança jurídica quanto aos termos do certame.



Nas palavras do ilustre doutrinador Hely Lopes Meireles, “A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.”, e, nesta linha, é certo que o desatendimento ao preceito contido no item 5, subitem 5.7, do Edital de Licitação, se constitui em grave afronta ao processo licitatório incorrida pela empresa ALGAR.

Indubitavelmente, a proposta de preços da licitante ALGAR se encontra eivada de um vício insanável, decorrente de incorreta precificação da alíquota de ISS, e tal fato, como demonstrado, afronta preceitos Legais, Constitucionais e Editalícios, devendo assim haver sua imediata **INABILITADA**, em atenção ao comando contido no art. 59, da Lei nº. 14.133/2021, adiante transcrito:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:
I - **contiverem vícios insanáveis**;
II - **não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital**;
III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V - **apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável**. Grifo nosso.

Neste ponto, cabível também a transcrição de jurisprudência oriunda da 6ª Turma do Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a qual se coaduna com a possibilidade de desclassificação de empresa em razão do não atendimento às exigências previstas no Edital, conforme demonstrado no caso presente:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EMPRESA VENCEDORA NÃO ATENDEU ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. REMESSA DESPROVIDA.

1. Remessa oficial em face de sentença que determinou a desclassificação da empresa W & E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA do Pregão Eletrônico n. 0059/ADNO-3/SBSL/2011, realizado pela INFRAERO, e que fosse realizado o exame das ofertas subsequentes e a qualificação dos demais licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital do certame, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
2. No caso, a empresa W & E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA foi desclassificada do Pregão Eletrônico n. 0059/ADNO3/SBSL/2011, em razão do descumprimento das exigências previstas no edital, uma vez que, no momento em que disputou o certame licitatório, não estava autorizada plenamente a funcionar no Estado do Maranhão.
3. Correta, portanto, a sentença ora em reexame, que desclassificou a empresa W & E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA do Pregão Eletrônico n. 0059/ADNO-3/SBSL/2011, determinando o prosseguimento do certame, com a análise das



demais ofertas, uma vez que essa empresa, considerada vencedora, não tinha atendido às exigências previstas no edital.

4. Em sede de remessa oficial, confirma-se a sentença se não há quaisquer questões de fato ou de direito, referentes ao mérito ou ao processo, matéria constitucional ou infraconstitucional, direito federal ou não, ou princípio, que a desabone.

5. A ausência de recursos voluntários reforça a higidez da sentença, adequada e suficientemente fundamentada, sobretudo quando não há notícia de qualquer inovação no quadro fático-jurídico e diante da satisfação imediata da pretensão do direito, posteriormente julgado procedente.

6. Remessa oficial desprovida.

(AMS 0030837-27.2011.4.01.3900; 6ª Turma do E. TRF - PRIMEIRA REGIÃO; DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL ROSA DE JESUS OLIVEIRA; Data da Decisão: 04/07/2022; Data da Publicação: 05/07/2022)

Em outros termos, restou demonstrado que a vantajosidade econômica verificada na proposta de preços da ALGAR decorre de fatores que ferem: (i) o princípio da isonomia, contido no art. 5º, caput da CF; (ii) o princípio da vinculação ao edital, previsto no art. 5º da Lei nº. 14.133/2021; (iii) à vedação de redução das alíquotas tributárias na prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, conforme prevê o art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006; e (iv) o inciso II do art. 38 do Decreto Distrital nº. 25.508/2005, que prevê à alíquota de 5% (cinco por cento) para o ISS em serviços da natureza ora licitada.

II.2. Da descabida redução dos custos na proposta da empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A em virtude da indevida aplicação da desoneração da folha de pagamentos

Outro fator de relevância que impactou significativamente na precificação verificada na proposta apresentada pela empresa ALGAR se refere ao fato de que a sua proposta de preços contou com a descabida desoneração da folha de pagamentos, o que de pronto se afirma que também ensejou em afronta ao princípio da isonomia, contido no art. 5º, caput da CF.

É cediço que a desoneração da folha de pagamentos se cuidou de um benefício fiscal concedido às empresas, cuja criação remonta ao ano de 2011, permitindo à substituição da Contribuição Previdenciária patronal por alíquota inferior, esta calculada sobre a receita bruta. Tal benefício, a princípio, privilegiou os setores de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), sendo estendido a outros setores a partir do ano de 2014 e, posteriormente (em 2018), tendo sua aplicabilidade reduzida.



No ano de 2024, contudo, houve relevante alteração na questão ora explanada, implementada pela Lei nº. 14.973/2024, a qual se cuidou de alterar trechos da Lei nº 12.546/2011 e previu, em seu art. 7º, a manutenção da desoneração da folha de pagamentos apenas até o dia 31 de dezembro de 2024, prevendo, ainda, no art. 9-A, à implementação gradual de majoração nas alíquotas, a ocorrer “nos exercícios de 2025 a 2027”.

Portanto, a apresentação de uma proposta de preços para um pretenso contrato, ao qual se pretende iniciar à execução ao longo do ano de 2025, contendo redução nos custos em virtude da aplicação indevida da desoneração da folha de pagamentos finalizada no ano de 2024 – fato que pode ser igualmente verificado na Proposta de Preços apresentada pela licitante ALGAR – se demonstra deveras gravoso e igualmente se constitui em afronta a preceitos Legais e Constitucionais em voga, notadamente aqueles contidos no art. 5º, caput da CF, e no art. 9-A, incisos I, II e III da Lei nº. 14.973/2024.

Importa ressaltar que a questão também foi objeto de questionamentos diversos por parte dos Licitantes, e, neste caso, houve uma resposta por parte desse FNDE nos termos que seguem adiante transcritos:

O reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos é um ajuste contratual que é realizado quando o contrato é prejudicado por eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis. **No presente caso, por se tratar de algo previsível e de consequências calculáveis, haja vista a projeção já estar inserta e de conhecimento prévio na Lei nº 14.973/2024, as empresas beneficiadas com a desoneração devem considerar o término do benefício, bem como suas alterações, ao elaborarem as suas propostas. Portanto, a proposta das empresas licitantes já deve prever integralmente em sua composição de custos todo o regime de transição para todo o período contratual,** considerando-se que já se trata de fato certo e conhecido por todos conforme previsão legal. Grifo nosso.

Entretanto, mais uma vez, **a empresa Licitante ALGAR apresentou sua proposta de preços em total desconformidade com as orientações ora transcritas, desconsiderando à aplicação da transição gradual para oneração da folha de pagamentos**, tendo assim a sua proposta de preços contado indevidamente com a desoneração da folha, a qual, como demonstrado, não mais pode ser aplicada desde o início do ano de 2025, motivo que, somando-se ao fato anteriormente relatado, também embasa sua **INABILITADA**, fundada no art. 59, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021.



IV. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Em conformidade com todos os termos até aqui aduzidos, e de acordo com os preceitos Legais e Editalícios supra referidos, especialmente motivando-se na incorreta precificação da planilha de custos e formação de preços que embasou a proposta comercial da empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A, reduzindo indevidamente os custos em detrimento das demais licitantes, ferindo especialmente os princípios da Vinculação ao Edital e da Isonomia, requer-se:

- a) Seja **inabilitada a proposta comercial apresentada pela empresa ALGAR TI CONSULTORIA S/A**, uma vez que a planilha de custos e formação de preços que a subsidiou se encontra eivada de vícios insanáveis, que desatendem a preceitos Legais e Editalícios, com fulcro no art. 59, inciso I, da Lei nº. 14.133/2021.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Brasília-DF, 07 de janeiro de 2025.

Paulo Cesar Rossigneux Vieira

Diretor Comercial
CPF: 334.105.691-20
RG: 703633 SSP/DF

